

UNIDADE 3

DESIGUALDADE, INFLAÇÃO E DESEMPREGO NA ECONOMIA BRASILEIRA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Descrever como três variáveis econômicas centrais – a inflação, a desigualdade e o desemprego – afetaram o desenvolvimento capitalista no Brasil;
- ▶ Percorrer igualmente a produção dos economistas brasileiros sobre esses fenômenos, buscando entender o seu raciocínio e suas receitas de políticas públicas para contornar tais problemas; e
- ▶ Compreender as articulações e os processos de mútua causalidade existentes entre inflação, desigualdade e desemprego.

OS PRINCIPAIS DESEQUILÍBRIOS DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL

Caro estudante,

Bem-vindo à Unidade 3, na qual nossa preocupação será a de mostrar como a evolução de nossa economia em geral, e mais particularmente o processo de industrialização brasileira, não se fez sem uma série de contradições e desequilíbrios.

O primeiro e mais importante desses desequilíbrios é a desigualdade na estrutura de rendimentos em nosso país – que ainda se situa entre uma das mais elevadas do mundo. O Brasil, em sua estratégia de desenvolvimento, privilegiou o crescimento, relegando a redistribuição a um distante segundo plano.

Já o segundo desequilíbrio, o desemprego, toma proporções crônicas com o esgotamento do processo de industrialização, a partir dos anos de 1990, principalmente. E, por fim, a inflação, o terceiro desses desequilíbrios resultantes do rápido crescimento econômico do País, parece agora controlado, mas até pouco tempo monopolizava a atenção dos economistas e impedia o debate sobre o desenvolvimento de nossa economia. Preparado para continuar nossa conversa? Vamos lá.

A economia brasileira possui um histórico muito particular por causa da manifestação extremada destes fenômenos que são os resultados indesejados de seu processo de industrialização: a inflação, o desemprego e a desigualdade. No Brasil, esses fenômenos assumiram um caráter bem mais violento do que em qualquer outro país industrializado no mundo.

A hiperinflação registrada no País entre meados dos anos 1980 e princípios dos anos 1990 encontra poucos casos semelhantes tanto por conta de seu longo período de duração como pelas taxas elevadíssimas que se observaram. O desemprego – que tomamos aqui em seu conceito amplo, ou seja, incluindo também o subemprego – mantém-se em níveis extremamente elevados, como se pode constatar ao percorrer hoje o centro de nossas maiores cidades.

Veremos nesta Unidade que as políticas econômicas para remediar esses três fenômenos são completamente distintas, ainda que existam interdependências importantes entre essas políticas que também procuraremos avaliar.

Em primeiro lugar, em relação à inflação, o governo dispõe dos instrumentais das políticas monetária, fiscal e cambial para tentar contornar o problema. Em segundo lugar, existem políticas específicas de emprego que podem ser utilizadas para reduzir o número de desocupados no mercado de trabalho. Por fim, políticas sociais e políticas tributárias podem ser colocadas em prática com o objetivo de amenizar as desigualdades sociais.

Naturalmente, você verá que políticas de emprego, como as adotadas na primeira metade do século passado, podem ter impacto na redução das desigualdades e vice-versa. E, o que tem sido bastante comum nos últimos tempos, uma política ortodoxa de combate à inflação, via contração dos gastos do governo, tende a reduzir o nível de emprego na economia.

Falamos de política ortodoxa, mas o que você entende por esse termo? Vamos ver juntos?

As políticas econômicas ortodoxas se fundamentam geralmente na teoria neoclássica e têm por objetivo central a busca da estabilização monetária por meio da contração do gasto público e da restrição creditícia, via aumento das taxas de juros. O papel do Estado, nessa concepção, é apenas complementar ao funcionamento do mercado, que deve ser livre para alocar os recursos da maneira mais

eficiente. Já entre o repertório heterodoxo de políticas econômicas, com base fundamentalmente em uma leitura keynesiana da economia, encontram-se políticas fiscais e monetárias expansionistas, além de políticas distributivas, como forma de estimular a demanda efetiva e o crescimento da renda agregada. Aqui, o papel do Estado é central, planejando investimentos, regulando os mercados e produzindo diretamente bens e serviços quando o mercado não se mostra capaz de fazê-lo ou quando se trata de objetivo estratégico do desenvolvimento de um dado país. Observe, porém, que isso não implica que o crescimento econômico se obtenha apenas por meio de políticas heterodoxas, ou que, ao contrário, políticas expansionistas não conduzam a instabilidades e a estagnação.

Para dar continuidade a nossa discussão, começaremos falando desses desequilíbrios com o problema da inflação, fonte de preocupação sempre presente na elaboração das políticas econômicas dos governos brasileiros. Se, nos últimos anos, o problema aparenta estar controlado – temos uma das menores taxas de inflação dos países ditos “em desenvolvimento” – o risco de aceleração dos preços foi a justificativa para a manutenção da taxa de juros em níveis elevados ao longo de todo o governo Lula.

O CONTURBADO HISTÓRICO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA NA ERA REPUBLICANA

A inflação torna-se um problema quando ela assume um patamar tal que tanto as decisões de investimento dos empresários como as decisões de consumo dos trabalhadores são afetadas. Há, contudo, uma grande controvérsia entre economistas brasileiros a respeito do nível a partir do qual a inflação deve ser objeto de preocupação dos governos. Certamente, uma inflação de 30% ao mês é um grave problema para qualquer economia.

Podemos então afirmar que uma inflação de 30% ao ano constitui também uma séria ameaça?

Como forma de ilustrar a evolução da inflação na economia brasileira no período republicano, o Quadro 2 apresenta as taxas médias anuais em diferentes épocas do referido período:

PERÍODO	INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA	ANOS COM INFLAÇÃO SUPERIOR A 30%
Encilhamento (1889-1898)*	13,4%	2/10***
Desenvolvimentismo (1940-1963)**	23,2%	6/24
Governos militares (1964-1984)**	50,7%	13/21
Período hiperinflacionário (1985-1994)	723,3%	10/10
Estabilização monetária (1995-2002)	8,1%	0/8

* ICV-RJ (1820-1930), para o grupo alimentação.

**IPC-FIPE.

*** Os valores desta coluna se leem da seguinte maneira: no período do Encilhamento, que durou dez anos, a inflação foi superior a 30% em dois anos (2/10). No período do desenvolvimentismo foram seis anos sobre um total de 24 anos (6/24).

Quadro 2: Taxa anual média de inflação no Brasil no período republicano, para anos selecionados

Fonte: IPEA (2006)

Como você pode ver no Quadro 2, logo nos primeiros anos após a proclamação da República (entre 1889 e 1898), a inflação se acelerou e atingiu uma média de 13% a.a. Isso foi o resultado do período de expansão da economia, que foi acompanhado de um processo especulativo na bolsa de valores, o encilhamento, que você estudou na unidade anterior. Em 1899, Joaquim Murinho assumiu o Ministério da Fazenda com o objetivo de conter essa elevação nos preços e adotou uma estratégia ortodoxa, promovendo um [ajuste recessivo](#). Isso fez com que os anos seguintes se caracterizassem por uma desaceleração econômica e forte deflação no País.

O período do nacional-desenvolvimentismo (1940-1963), marcado por uma rápida transformação industrial no País, como o Quadro 2 indica, foi uma época marcada por uma taxa de inflação muito superior à do encilhamento. Na realidade, a inflação passou a ser vista como um problema estrutural, e não foi objeto de políticas específicas, exceto durante o governo Goulart, quando a aceleração dos preços se tornou objeto de grande debate na sociedade.

Saiba mais

Ajuste recessivo

Este é um tipo de política econômica ortodoxa utilizada para conter um processo inflacionário por meio do enxugamento da moeda e dos gastos públicos na economia. Isso se faz com elevação da taxa de juros e redução do crédito disponível. Como resultado, a demanda agregada se retrai e os preços tendem consequentemente a se reduzir. Fonte: Elaborado pelos autores.

De fato, se nesse período, que compreendeu 24 anos de nossa história, a inflação anual superou a barreira dos 30% em seis ocasiões, cinco delas se concentraram entre 1959 e 1963. A inflação parecia estar se acelerando ano a ano e tudo indicava que ela atingiria a marca de 100% anuais em pouco tempo no início dos anos 1960.

Considerando que o governo Goulart seguiu empenhado em realizar as metas traçadas de substituição de importações, fica nítido a reorientação que se dá no sentido de dedicar mais atenção à inflação. A hesitação em adotar uma política de ajuste recessivo, que interrompeu a longa fase de crescimento econômico, é compreensível. Os impactos ambíguos da inflação na economia explicam essa postura, pois, como afirma Buescu (1974, p. 196):

[...] a inflação, até chegar a ser galopante, não impediu taxas satisfatórias de crescimento; na medida em que os recursos captados através da inflação, pelo Governo e pelos empresários, serviram para investimentos produtivos, ela provocou uma poupança forçada suportada pelas classes de rendimentos menos adaptáveis aos preços.

Mas a inflação havia se tornado “galopante” a partir de 1960, ou seja, caminhava-se para taxas consideradas prejudiciais ao bom funcionamento da economia. Diversas foram as causas que resultaram na aceleração inflacionária do período. Entre elas, estão o encurtamento nos períodos de reajustes salariais de diversas categorias no País; o aumento de preços por parte de empresas que buscavam financiar suas necessidades de expansão a custos reduzidos; a expansão nos gastos do governo; e, um último fator importante, a desvalorização cambial de 1961.

Segundo Lessa (1983, p. 126),

[...] a reforma cambial deste ano, ao conectar a estrutura de preços interna com os preços internacionais, se bem que deteve aspectos positivos quanto aos estímulos à exportação e ao reforço financeiro do tesouro federal, provocou, por outro lado, uma série de reajustes de preços internos.

Com a taxa de inflação superando a marca dos 60% em 1962, as perdas dos segmentos menos protegidos, como a maioria dos trabalhadores, passaram a trazer também consequências políticas para o governo. A política de contração da demanda adotada no período não surte o efeito desejado. Note que a inflação só foi contida realmente após um plano recessivo, com forte arrocho salarial, em um contexto político autoritário a partir de 1964. Contudo, esse tipo de medida dificilmente obteria legitimidade em um governo eleito por via democrática, que precisava negociar com os diferentes segmentos da sociedade os ônus de uma política anti-inflacionária.

Isso é fundamental para entendermos o sucesso do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) no combate à inflação, cuja taxa reduziu de 85,6%, em 1964, para 25,2%, em 1968. As características principais do plano anti-inflacionário do primeiro governo militar, adotado em 1964, eram, de um lado, reduzir o déficit público, buscando novas fontes de financiamento para as necessidades de gastos do governo. Substituíam-se, assim, o financiamento inflacionário do período anterior, pelo endividamento externo. De outro lado, o plano visava impedir o repasse da inflação passada para os reajustes salariais dos trabalhadores, o que acarretou em forte redução dos salários reais. Para dificultar a reação da classe trabalhadora, realizou-se uma série de modificações na legislação trabalhista, o que, na prática, impossibilitava a atividade sindical e a realização de greves e flexibilizava a regulação do mercado de trabalho.

Um exemplo dessa flexibilização nas relações de trabalho promovida pelo PAEG foi, de acordo com Costa (1997, p. 116), a instituição do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), que trouxe

[...] um grande estímulo à rotatividade no emprego e desvalorização do preço da força de trabalho, pois a partir de sua institucionalização as empresas passaram a ter as mãos livres para demitir os trabalhadores antes dos acordos ou dissídios coletivos e contratá-los depois por um preço inferior ao conquistado pelo sindicato.

O debate teórico no período em torno da inflação dividia os economistas entre monetaristas, que consideravam a expansão monetária (ou seja, ao aumento da circulação de moeda devido

ao crescimento econômico) a causa primordial da inflação, e estruturalistas, que associavam o fenômeno ao problema estrutural do conflito distributivo (ou seja, à pressão de grupos de empresários por aumentos de preços e de grupos de trabalhadores por aumentos de salários). Como você pôde observar, dada a configuração do PAEG, a orientação monetarista tornou-se dominante durante a ditadura, enquanto que representantes da posição estruturalista (heterodoxa) são perseguidos, exilados ou calados pela repressão política.

Delfim Netto, Pastore, Cipollari & Carvalho (1965, p. 148), figuras influente nas decisões econômicas do período militar, identificava nos estímulos no lado da demanda, como os gastos públicos e os salários reais, os principais fatores causadores de inflação:

O crescimento do meio circulante [...] deve ser encarado [...] como uma forma de propagação dos efeitos dos déficits sobre o nível geral de preços. É fundamental, portanto, que qualquer política de combate à inflação atente de maneira especial para o controle do setor público, sem o que ela estará destinada ao fracasso. [...] [Os] níveis salariais devem ser revistos para restaurar o poder aquisitivo da classe assalariada. Entretanto, os reajustes salariais adicionam novas pressões inflacionárias, contribuindo para a aceleração da inflação no momento em que são efetivados.

Até os anos 1970 a aplicação do receituário ortodoxo monetarista obteve relativo sucesso para combater o problema inflacionário, quando a taxa de inflação atingiu um máximo de 80% ao ano, como ocorreu em 1964. A partir de meados dos anos 1980, e durante cerca de dez anos, os reajustes de preços na economia brasileira



Saiba mais

Antônio Delfim Netto

Um dos principais economistas brasileiros. Foi um dos coordenadores da política econômica durante o regime militar (1964-1985), exercendo os cargos de Ministro da Fazenda (de 1967 a 1979, no período do “milagre econômico”), da Agricultura (em 1979) e do Planejamento (de 1979 a 1985, no período da crise da dívida, da maxidesvalorização e do ajuste recessivo). Recentemente, revisou seu posicionamento ortodoxo, passando a criticar o liberalismo econômico, e aliou-se ao governo Lula, no qual atuou no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Fonte: Elaborado pelos autores.

tomaram forma de um [processo hiperinflacionário](#), com taxas de inflação que superavam, em alguns períodos, 2.000% ao ano.

É importante mencionarmos também que a estratégia de crescimento com forte endividamento externo do governo militar foi um dos fatores determinantes da aceleração inflacionária dos anos 1980. Até meados de 1970, fortes investimentos do Estado foram impulsionados pela existência de financiamento abundante do exterior. Com o desencadeamento de uma crise internacional, após sucessivos choques nos preços do petróleo e rápidos aumentos das taxas de juros nos EUA, a crise do balanço de pagamentos obrigou o governo brasileiro a realizar máxi-desvalorizações no câmbio no início de 1980, aumentando o ritmo da inflação.

Diversos planos econômicos especificamente voltados para controlar a rápida aceleração da inflação foram lançados ao longo de 1980 e 1990, como veremos a seguir. Esses planos, que combinavam elementos ortodoxos à visão heterodoxa ou neoestruturalista da análise do fenômeno inflacionário, buscavam atacar aquela que foi identificada como a origem do problema: o sistema de preços indexados, introduzido pelo PAEG em 1964.

Como lembra Paulani (1997, p. 167),

[...] a indexação [...] foi uma criação do governo militar [que] promoveu a correção monetária a um estatuto tão importante, do ponto de vista constitutivo, quanto o da própria moeda nacional. Quando os índices inflacionários começaram a dar sinais de rebeldia, a correção monetária e os mecanismos formais de indexação a ela atrelados mostraram-se como a instituição mais adequada para dar conta do problema.

Assim, aparentemente podemos firmar que a indexação de preços instituída em 1964 foi, ao mesmo tempo e paradoxalmente, a solução e a causa dos aumentos rápidos de preços.

Saiba mais **Processo hiperinflacionário**

Este processo é caracterizado por um descontrole nos reajustes de preços na economia, que aumentam progressivamente a taxas muito elevadas. Nesta situação, são necessários mecanismos de proteção, formais ou informais, para manter o poder de compra da população, sob o risco de total desestruturação do sistema econômico. Isso ocorre porque a moeda desvaloriza-se diariamente, afetando preços e salários, e a maioria das pessoas não tem acesso ao sistema financeiro. Fonte: Elaborado pelos autores.

Os governos militares, ao lançarem mão da correção monetária, puderam minimizar o impacto dos fortes reajustes do início de 1960. Os preços passavam a ser reajustados de acordo com uma regra oficial cujo percentual incorporava parte das perdas com a inflação passada. Porém, no início de 1980, quando um novo processo de rápida elevação de preços estava em andamento, a correção monetária surtiu o efeito contrário, alimentando a espiral inflacionária.

A leitura que se fazia à época era que a hiperinflação surgia por conta de dois componentes:

- ▶ a inércia na remarcação de preços e salários (associada à indexação ou correção monetária); e
- ▶ a ocorrência de choques que abalavam a estrutura dos preços relativos (o choque de juros e petróleo ao final da década de 1970, por exemplo).

Segundo a definição de Salama e Valier (1992, p. 211), a indexação

[...] torna automática a variação de certos preços desde que outros variem além de uma certa porcentagem e de um tempo t . A indexação mais conhecida é a dos salários em relação aos preços. Ela é formal – e depende então de convenções explícitas – ou informal – e depende, desta feita, da evolução de uma relação de força [entre os diferentes grupos da sociedade] e/ou de convenções implícitas.

Assim, em 1986, surgiu o primeiro plano econômico que procurou lidar com o problema da hiperinflação – o Plano Cruzado –, no momento em que os preços aumentavam a um ritmo superior a 200% ao ano. O principal recurso do plano foi o congelamento de preços, em uma tentativa de romper com a estrutura altamente indexada de reajustes. A inflação se reduziu em um primeiro momento, mas, após dois anos, as taxas voltaram a crescer de modo acelerado. O governo havia esbarrado na impossibilidade de controlar completamente a estrutura de preços da economia.

Diversos grupos econômicos passaram a pressionar por aumentos, em um período caracterizado por forte aumento no consumo, como foi o caso dos produtores de carne.

Na realidade, o congelamento dos preços trazia um impacto muito desigual no conjunto da sociedade, variando de acordo com a periodicidade de reajuste de preços e salários de diferentes grupos econômicos e categorias salariais. Por exemplo, um congelamento de todos os preços e salários hoje pode beneficiar as padarias que acabaram de repassar as variações de custos e perdas inflacionárias ao preço do pão, mas pode prejudicar o padeiro que só teria o seu dissídio salarial dentro de um mês.

Com os preços congelados em 1986, boa parte dos assalariados se viram também em condições de comprar em quantidade maior do que o costume. Houve um nítido estímulo à demanda, o que possibilitou uma expansão importante do PIB – a maior desde o início daquela década. O sucesso inicial do Plano Cruzado permitiu que a inflação se reduzisse a 68% em 1986. Porém, por conta dos desequilíbrios causados pela estrutura rígida de preços somados à rápida aceleração econômica no período, o congelamento foi sendo gradativamente abandonado e a inflação retornou com força ainda maior já em 1987.

Os três planos seguintes de combate à inflação seguiram basicamente a mesma receita de congelamento de preços, com alguns ingredientes adicionais: **o Plano Bresser (em 1987), o Plano Verão (em 1989) e o Plano Collor (em 1990)**. Diferentemente do Plano Bresser, os planos Verão e Collor colocaram ênfase maior em instrumentos ortodoxos que, como você viu, entendem o fenômeno inflacionário também como um resultado do crescimento econômico. Daí a presença de choques recessivos nesses planos para reduzir rapidamente as remarcações de preços. Mas os períodos de interrupção na alta dos preços por conta das ações anti-inflacionárias foram se tornando cada vez mais breves. Isso só levou, contudo, a mais desequilíbrio e mais inflação.

Você lembra como se caracterizou o quadro da economia brasileira, com recessão econômica e alta descontrolada na inflação, no início de 1990?

Exatamente. O retorno ao equilíbrio macroeconômico só veio com a adoção do Plano Real em 1994, que abordou a partir de uma nova perspectiva o problema da hiperinflação. Em lugar dos tradicionais congelamentos de preços, a equipe econômica decidiu por quebrar a inércia inflacionária por meio da criação de uma nova moeda de referência, a Unidade Real de Valor (URV). O plano previu corretamente que os agentes econômicos migrariam do antigo sistema de indexação para o novo, que se caracterizava por um comportamento menos errático e permitia, assim, a retomada do planejamento das famílias e das empresas.

A manutenção de uma taxa de câmbio estrategicamente apreciada e de uma taxa de juros real elevada foram os outros elementos centrais de combate à inflação do Plano Real. A chamada “âncora cambial” foi uma política econômica que, entre 1994 e 1998, atrelou o valor da moeda nacional ao dólar dos EUA. A forte desvalorização ocorrida em 1999, por conta dos altos déficits no balanço de pagamentos, levou o governo a adotar em seguida uma flutuação controlada do câmbio.

De qualquer maneira, queremos chamar a sua atenção para o fato que, durante a maior parte dos governos FHC e Lula, o real se manteve extremamente valorizado em relação a outras moedas. De que forma isso ajudou a controlar a inflação?

O raciocínio da equipe econômica era relativamente simples: com o câmbio apreciado, as importações ficam baratas e o produtor nacional não podia aumentar seus preços diante da ameaça da competição externa. Veja na Figura 3 como evoluiu, nos últimos anos, a taxa de câmbio efetiva real, um cálculo que leva em consideração a variação real

da moeda nacional em relação a uma cesta de moedas com os principais países que fazem comércio com o Brasil. Note que, em períodos de crise no balanço de pagamentos (1982-1983, 1999-2002), houve movimentos de desvalorização cambial, enquanto que entre 1991 e 1998 e entre 2003 e 2007 o câmbio manteve trajetória de apreciação.

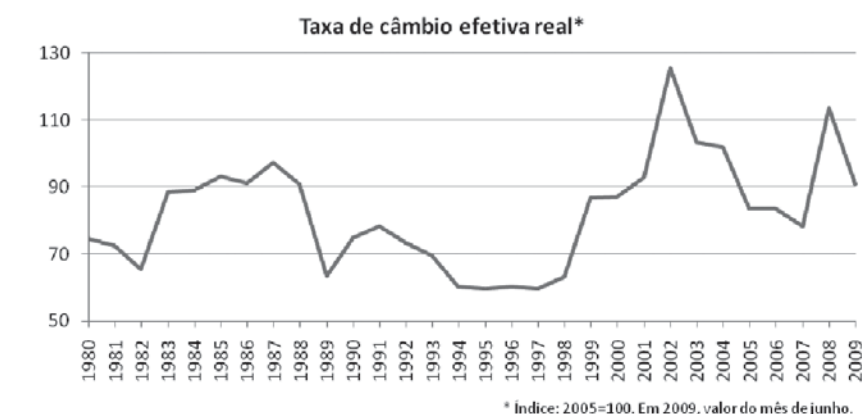


Figura 3: Taxa de câmbio efetiva real

Fonte: Ipea (2009)

Já os juros elevados têm por função manter a economia interna desaquecida, na medida em que a expansão monetária e a conseqüente expansão do consumo podem alavancar novos aumentos nos preços, em um contexto de estoques limitados, como você viu no início desta seção.

Entretanto, a forte desvalorização de 1999, resultante dos desequilíbrios nas contas externas e fugas de capitais estrangeiros, levou ao temor de nova aceleração nos preços, por conta do rápido encarecimento dos produtos importados. Como resposta a esse novo cenário, e por sugestão do FMI, o governo adotou um [programa de metas de inflação](#), pelo qual o Banco Central passaria a se responsabilizar.

Durante o governo Lula, apesar do histórico de inflação muito baixa, a justificativa para a manutenção dos juros em patamares

Saiba mais Programa de metas de inflação

O regime de metas de inflação é determinado pelo Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Os técnicos do Copom sinalizam para os agentes econômicos, com um ano e meio de antecedência, os limites superior e inferior dentro dos quais deve oscilar a inflação. Essa informação serve de orientação para a formação da taxa de juros básica da economia e das expectativas dos empresários e consumidores em relação à inflação futura.

Fonte: Elaborado pelos autores.

elevados continuou sendo o risco de um movimento de aceleração dos preços considerando que foi com a posse de Lula em 2003

[...] e com a conduta ortodoxa das autoridades monetárias, os credores do Brasil começaram a se acalmar. Naquele momento, em meados do ano, a melhoria das contas externas do Brasil, que então se manifesta claramente, e a recuperação da confiança pelo governo abriam uma oportunidade para que este iniciasse uma política de baixa da taxa de juros. A decisão tomada, porém, foi inversa: foi de aumentar as taxas de juros. A preocupação foi apenas de dar ao mercado financeiro o sinal de que a redução da inflação continuaria a ser uma prioridade também para o novo governo. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 228).

Perceba a importância de continuarmos debatendo sobre o processo inflacionário em nosso país. Agora você já conhece um pouco mais a história da inflação no Brasil e as políticas econômicas levadas a cabo para tentar contornar o problema. Na Unidade seguinte, você verá que, se as políticas de juros altos e câmbio valorizado, adotadas durante mais de uma década, tiveram êxito no controle da inflação, elas trouxeram igualmente um duro impacto sobre o nível de emprego em nosso país.

FATORES CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS NA EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO

Como indicamos na introdução desta Unidade, queremos trazer a você uma breve análise do desemprego em nossa economia, como resultado da reorientação no modelo de desenvolvimento a partir de 1980.

Veremos também que a crise do emprego que marcou a nossa evolução econômica desde então também se deve a fatores conjunturais. Como nossa economia se abriu rapidamente ao exterior, ficamos mais vulneráveis a oscilações da demanda externa, o que dificulta a manutenção do nível de emprego em níveis razoáveis.

Antes de continuar, é importante esclarecermos a respeito de que medida vamos falar para tratar do problema do desemprego. O que você entende por esse termo?

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerado como desempregados todos aqueles que pertencem à população economicamente ativa e procuravam trabalho no período de realização da pesquisa. Já para o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) agrega-se também à estatística de desempregados aqueles que se encontram em situação de trabalho precário (auto-ocupação ocasional, remunerada ou não) e aqueles que desistiram de procurar trabalho por sentirem-se desestimulados. Todas as pessoas em idade acima de 10 anos são computadas como população economicamente ativa.

Nesta definição, incluem-se tanto os indivíduos ocupados como os indivíduos desocupados. São excluídos desse cálculo as pessoas inativas, ou seja, que não exercem (ou não buscam exercer) alguma atividade no mercado de trabalho, como estudantes (maiores de 10 anos), aposentados e donas de casa.

Como você viu na disciplina *Introdução a Economia*, há desemprego quando uma pessoa em idade produtiva quer trabalhar, mas não encontra emprego ou encontra trabalho em condições precárias de subemprego. Um “bico”, portanto, também costuma ser considerado como desemprego, já que não dá garantias de estabilidade e segurança para o trabalhador.

O desemprego é, na realidade, um resultado involuntário de todo processo de industrialização.

É importante destacarmos que foi a revolução industrial inglesa, entre fins do século XVIII e início do século XIX, que gerou uma enorme massa de desempregados. O mesmo ocorreria com outras potências europeias em seguida. Isso acontece, de um lado, porque as máquinas, em constante evolução tecnológica, são poupadoras de mão de obra. E, por outro lado, porque a industrialização se acompanha da urbanização, pois os trabalhadores rurais são atraídos pelos salários dos centros urbanos. Como o sistema não gera trabalho para todos, sempre existe uma massa, mais ou menos importante, de desempregados. O tamanho dessa massa de desempregados está em função da conjuntura econômica, mas também das políticas sociais e de emprego que o governo adota.

No Brasil, a rápida evolução industrial e o inchaço dos centros urbanos que se deu entre os anos 1950 e 1980 não acompanhou, como em outros países, de uma preocupação sistemática dos governos com a fixação de uma parcela da população no campo por meio de reforma agrária ou de políticas bem articuladas de seguridade social. Um segmento importante, em torno da metade da população economicamente ativa, seguiu sem emprego formal e,

portanto, excluída dos benefícios que os trabalhadores com carteira assinada recebem do sistema de proteção social, como seguro-desemprego, aposentadoria entre outros mecanismos que regulam as relações trabalhistas, reforçados com a Constituição de 1988.

Nessa perspectiva, a crise do emprego no Brasil se tornou um problema econômico crônico de sua economia a partir da recessão do início de 1980. Os planos de ajuste macroeconômico adotados desde então colocaram o foco sempre na inflação, sem se preocuparem com as consequências em termos de emprego.

Segundo Pochmann (2008, p. 65),

[...] o colapso no padrão de financiamento da evolução nacional logo no início da década de 1980, com a crise da dívida externa, levou à adoção de programas de ajustes macroeconômicos que até hoje inviabilizam a plena retomada do crescimento econômico sustentado. No cenário de semiestagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e de alta inflação, o país acabou por romper com a estruturação do mercado de trabalho inaugurada ainda na década de 1930.

A oscilação no nível emprego ficou dependente, desde então, da situação da conjuntura da economia brasileira. Com exceção do governo Lula, cujas políticas sociais você verá em detalhes na última seção desta unidade, não houve uma preocupação em abordar as causas estruturais do desemprego e da [informalidade](#) no País. Pelo contrário, o que se viu foi uma política de flexibilização do trabalho, mais claramente colocada em prática a partir de 1990.



Saiba mais

Informalidade

São considerados trabalhadores informais todos aqueles que não conseguem emprego formal (ou com carteira assinada) e que também não exercem funções no setor público nem como profissionais liberais. O mercado de trabalho informal compreende atualmente cerca de metade da população economicamente ativa do País. Fonte: Elaborado pelos autores.

Vamos ver no que consiste essa flexibilização e como ela afeta a qualidade do emprego?

A flexibilização tem origem a partir de uma concepção particular do funcionamento da economia, segundo a qual as normas trabalhistas incorrem em um custo demasiado elevado e afetam a eficiência do setor produtivo. Esse questionamento ganhou força em um momento de grande pressão sobre a estrutura produtiva a partir da crise de 1970 nos países centrais. Como essa concepção vem dominando o debate nos últimos anos, uma série de medidas foram adotadas, especialmente desde meados dos anos 1990, permitindo a instituição do contrato temporário de trabalho, a proliferação dos empregos terceirizados e a multiplicação de trabalhadores autônomos sem contrato fixo com as empresas.

Note que a flexibilização do trabalho não é um processo exclusivo da economia brasileira. Ele vem ocorrendo em diferentes países da América Latina e também em países de capitalismo avançado, como EUA ou França.

Contudo, é importante que você perceba que o Brasil parte de um nível inferior em termos da qualidade de sua rede de proteção social e das normas trabalhistas, se comparado ao conjunto de países desenvolvidos. Para citar alguns exemplos:

- ▶ menos de 10% da população adulta têm Ensino Superior no Brasil, frente a cerca de 25% nos países avançados (segundo dados do IBGE e OCDE);
- ▶ o seguro-desemprego não contempla a massa de trabalhadores informais e tem duração e remuneração muito limitadas em nosso país; e
- ▶ a falta de investimentos no setor de saúde pública mantém o Brasil distante dos níveis adequados em uma série de indicadores da Organização Mundial de Saúde. Isso explica em parte a gravidade da crise social que enfrentamos nos dias atuais.

Outro elemento importante para que se compreenda a evolução recente do desemprego e do subemprego (ou emprego precário) em nossa economia consiste em observar o que ocorreu com o emprego industrial nos últimos tempos. Você viu na unidade anterior que, após um período relativamente exitoso pelo qual se

caracterizou o nosso processo de industrialização, iniciou-se um período de retração na indústria nacional, a partir das sucessivas crises desencadeadas em princípios dos anos 1980. Em contraposição ao que ocorria no período anterior, costuma-se caracterizar o período atual de desindustrialização. Diversos fatores estão por trás desse processo: a abertura comercial, a retração na política industrial e a adoção de novas tecnologias poupadoras de mão de obra. A Figura 4 ilustra bem o impacto da desindustrialização na evolução do nível emprego no setor secundário:

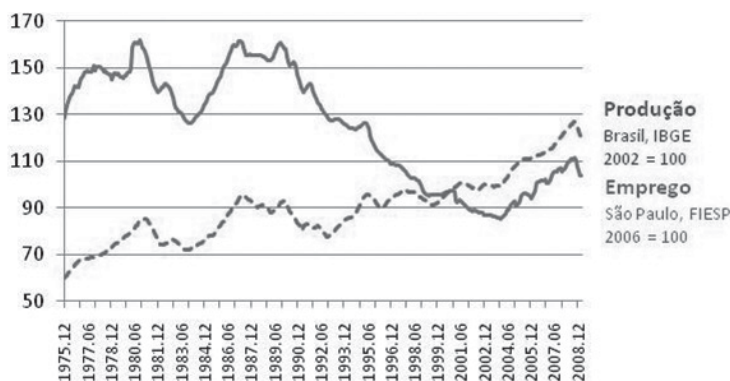


Figura 4: Evolução do emprego e produção na indústria
 Fonte: IPEA-DATA (2009)

Como você pode ver, o nível de emprego na indústria mergulha em uma grave crise, que se inicia com a abertura comercial decretada no governo Collor, em 1990. A produção industrial segue se expandindo, de forma bem lenta e apesar dos seguidos quadros recessivos. Isso indica que os segmentos da indústria nacional que sobreviveram a esse processo o fizeram por meio de fortes transformações produtivas, cortando custos e adotando tecnologias poupadoras de mão de obra, como forma de fazer face à concorrência das importações.

Durante o governo Cardoso, o preço da estabilização econômica e do controle da inflação foi o crescimento lento da indústria e a redução no emprego. Como você acabou de ver na seção anterior,

um dos instrumentos principais para a manutenção da inflação em níveis baixos foi a valorização do câmbio, o que tornava as importações extremamente atraentes para o consumidor local. Assim, muitas indústrias tiveram de abandonar a produção, enquanto outras recorreram aos insumos importados, em lugar de comprá-los de fornecedores brasileiros.

Note também que, pela primeira vez desde meados dos anos 1980, emprego e produto na indústria voltam a crescer juntos no governo Lula, como fruto do excelente cenário externo até meados de 2008 e da retomada de uma política creditícia voltada ao setor industrial, que volta a contratar trabalhadores de forma intensiva.

O crescimento econômico observado no governo Lula não beneficiou apenas o setor secundário. Ele se estendeu, na verdade, a todos os setores da economia. Isso explica a importante redução no desemprego entre 2004 e 2008, pouco antes da nova crise global atingir também a economia brasileira. Veja na Figura 5 que a recuperação no nível de emprego no País se acompanhou de uma pequena melhora no nível de formalização, medido pela proporção de trabalhadores com carteira assinada no setor privado. Ambos os indicadores estavam ao final de 2008 em seu melhor nível dos últimos dez anos, o que apontava para a boa conjuntura do mercado de trabalho naquele momento. Ainda que parte dessas melhorias nas condições de emprego tenham sido revertidas por conta do impacto da crise global no Brasil, ao longo de 2009, em 2010 a expansão econômica já se dava em ritmo acelerado, registrando novos recordes de contratação de trabalhadores.

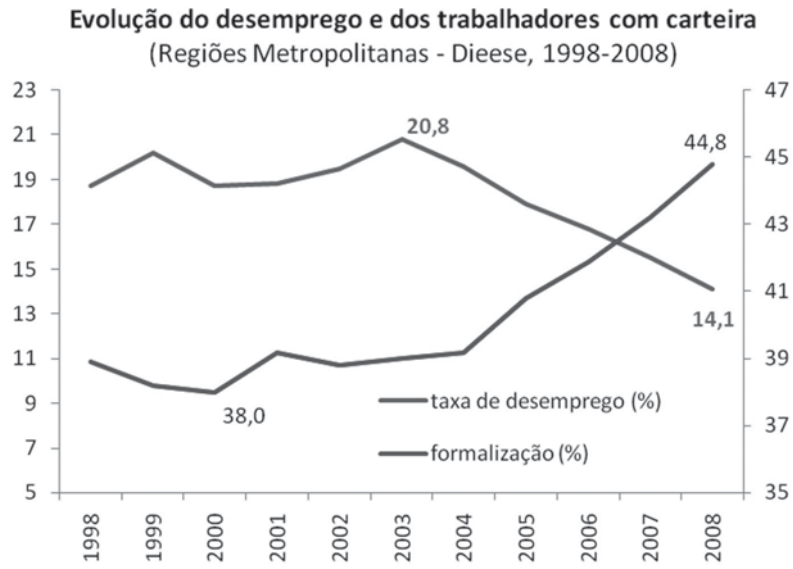


Figura 5: Evolução do desemprego e dos trabalhadores com carteira (Regiões Metropolitanas – Dieese, 1998-2008)
Fonte: Dieese (2009)

DESIGUALDADE DE RENDA E DESIGUALDADES REGIONAIS

Diferentemente da inflação ou do desemprego, a desigualdade de renda, que também surgiu como uma consequência indesejada do processo de industrialização e modernização de nossa economia, não sofreu grandes transformações desde que ela despontou como problema no debate econômico no final da década de 1970. Daquela época até os dias atuais, o Brasil segue sendo um dos países mais desiguais do mundo.

O que significa isso e que dificuldades isso coloca ao nosso potencial de desenvolvimento futuro?

Um nível muito elevado de desigualdade significa que poucas pessoas concentram em seu poder uma quantidade muito grande de riqueza. No campo, segundo dados do INCRA (2003), apenas 7% dos estabelecimentos rurais concentram 71% das terras do Brasil. No mercado de trabalho, a parcela que equivale ao 1% mais bem remunerado (com salários acima de R\$5.000 ao mês) concentra 40% do total da renda paga aos trabalhadores, de acordo com o IBGE (2003).

Se você observar o Quadro 3 com atenção, se dará conta que os países de capitalismo mais avançado são exatamente aqueles que conseguiram reduzir de modo significativo as suas desigualdades que está representada pelo coeficiente de Gini.

	PAÍS	COEFICIENTE DE GINI
1	Dinamarca	0,225
2	Suécia	0,243
3	Holanda	0,251
4	Nova Zelândia	0,251
5	Áustria	0,252
11	Bélgica	0,272
12	França	0,273
13	Alemanha	0,277
15	Canadá	0,301
18	Japão	0,314
20	Espanha	0,329
22	Itália	0,347
23	Portugal	0,356
24	EUA	0,357
26	Costa Rica	0,470
27	México	0,480
28	Venezuela	0,499
30	Argentina	0,524
32	Paraguai	0,536
34	Chile	0,550
36	Brasil	0,613

Quadro 3: Desigualdade de renda em países selecionados

Fonte: OCDE e CEPAL (2004)

O coeficiente de Gini é um indicador de concentração, comumente utilizado como medida da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho. Seu cálculo é relativamente simples e necessita apenas de duas variáveis: a proporção da população em cada decil (ou percentil) de renda e a proporção que cada um desses decil (ou percentis) da população representa em relação ao total da renda gerada no mercado de trabalho em um determinado período. Quanto maior o valor do coeficiente Gini maior é a desigualdade. O coeficiente teria hipoteticamente resultado zero quando houvesse perfeita distribuição de renda, ou seja, quando cada parcela da população possuísse exatamente a mesma parcela da renda (por exemplo: os 10% mais pobres detendo 10% da renda, os 20% mais pobres com 20% da renda e assim por diante). E ele seria igual a um

quando ocorresse a pior situação possível, ou seja, uma única pessoa concentrando toda a renda gerada na economia.

Essa constatação nos leva a concluir que o caminho do desenvolvimento passa necessariamente pela redução das desigualdades. Isso porque, em um país muito desigual, em primeiro lugar, o mercado interno se torna limitado para a expansão das empresas que aí se instalam. Em segundo lugar, as empresas não encontram em um país muito desigual a mão de obra qualificada, ou seja, com bom nível cultural e educacional, que necessitam para os aumentos de produtividade imprescindíveis em um ambiente competitivo e globalizado. E, em último lugar, a desigualdade em níveis extremos coloca em risco a legitimidade de nossas instituições, incitando segmentos injustiçados pelo modelo econômico à violência contra o Estado e contra o patrimônio privado.

A correlação entre desigualdade e subdesenvolvimento das forças produtivas já havia sido apontada por Furtado (2003, p. 176), em texto originalmente publicado em 1977, como um dos grandes desafios para a evolução econômica de nosso país:

O processo de concentração de renda traduz-se, na prática, em tendência à diversificação das formas de consumo dos grupos privilegiados. As indústrias de bens de consumo duráveis se beneficiam diretamente dessa evolução. Entretanto, como essas indústrias são exatamente aquelas que, em razão do progresso tecnológico, mais se beneficiam das economias de escala de produção, as reduzidas dimensões do mercado obrigam-nas a operar com custos relativamente altos. Mais ainda, o crescimento da renda de um grupo de pessoas de padrões já muito altos de consumo cria necessidade de uma diversificação crescente desse consumo, quer melhorando a qualidade dos produtos, quer diversificando-os. [...] Em tais condições, pode-se criar um sistema industrial altamente integrado, formado de unidades modernas, mas de custos de produção relativamente elevados, em razão da inadequada dimensão das unidades produtivas. Mais se concentra a renda, mais se diversifica o consumo dos

grupos de altas rendas, mais inadequada é a evolução do perfil da demanda quanto ao aproveitamento das economias de escala de produção. O progresso tecnológico será assimilado na aparência, mas seus melhores frutos não serão colhidos.

Mas a desigualdade no Brasil não se restringe à esfera da renda e da riqueza, ela se manifesta também em outras dimensões que definem as reais oportunidades dos indivíduos em nosso país. Assim, o acesso à saúde ou à educação é extremamente desigual: quanto mais rica a pessoa maior a possibilidade de acesso a serviços de qualidade. A expansão da rede privada de saúde e de educação básica e fundamental se acompanhou de um sucateamento do serviço público nesses setores, ampliando conseqüentemente as desigualdades.

A locomoção nas grandes cidades brasileira é outro exemplo de manifestação das desigualdades em uma esfera não monetária. As pessoas de maior poder aquisitivo se utilizam de transporte individual (carro próprio ou táxi), enquanto que os mais pobres vão de transporte coletivo, em geral, lento, poluidor e desconfortável. Assim, a desigualdade na utilização de meios de locomoção traz impactos diferenciados sobre o bem-estar dos indivíduos, prejudicando uma vez mais os desfavorecidos.

Assim, podemos afirmar que a persistente desigualdade no Brasil não nasceu de seu processo de industrialização, apesar de se agravar com ele. Nossa estrutura fundiária concentrada e a polarização entre os proprietários e os despossuídos têm início no histórico de colonização e de escravidão que marcou mais de três séculos da história do País. Buescu (1979, p. 107) identificou, em sua análise da economia brasileira na época da escravidão, uma tendência no comportamento da distribuição de renda que, em certa medida, continua sendo válida até os dias de hoje. Nas palavras do autor,

[...] a desigualdade era maior nas comunidades de renda mais elevada [...], fruto do próprio desenvolvimento ou, em outras palavras, este se realizou através do crescimento

mais acelerado das rendas de certas classes, enquanto as outras, não atingidas pelo processo, ficavam estagnadas.

Esse padrão de reprodução das desigualdades se mantém após a proclamação da República, na medida em que a questão social não será uma preocupação dos governos oligárquicos de então – a renda pessoal só passaria a ser tributada ao final desse período, em 1924. Assim, tal como ocorria nos países desenvolvidos ao longo do século XIX, a ausência de políticas distributivas está na raiz do problema do aumento das desigualdades, dado que o processo de desenvolvimento tende a beneficiar os segmentos mais bem situados na estrutura de classes em um dado país.

O sistema de proteção social inaugurado na era Vargas tem efeito importante, mas limitado sobre a redução das desigualdades. Como você já viu anteriormente, à época existia uma alta proporção de trabalhadores informais vivendo na zona rural e que não era contemplada pela nova legislação social e trabalhista. Ainda que reduzidas, essas conquistas da classe trabalhadora têm seu impacto positivo na redução das desigualdades praticamente anulado por conta, de um lado, da política salarial contracionista que marca todo o período do regime militar no País e, por outro lado, como consequência das perdas ligadas aos anos seguidos de hiperinflação.

Como observa Rocha (2006, p. 33),

[...] na década de 80, chamada década perdida no que se refere à evolução da renda, ocorreu confluência de duas tendências adversas. Por um lado, houve uma brutal redução do ritmo do crescimento da renda em relação à década anterior – à do “milagre brasileiro” –, mas os resultados foram também insatisfatórios em comparação aos dos anos 1960, respectivamente 7,0 e 2,2% ao ano. Por outro lado, a queda do rendimento ao longo da década (-1,5%) afetou de forma mais adversa os mais pobres [...]. Assim, acirraram-se os conflitos distributivos, que a inflação alta veio, sem dúvida, reforçar. O resultado da conjugação desses dois efeitos perversos – absoluto e distributivo – sobre a renda foi a ausência de melhorias

significativas na redução da pobreza, apesar das oscilações de curto prazo associadas aos ciclos conjunturais de *stop and go* da atividade econômica.

A forma mais usual de corrigir esses desequilíbrios na estrutura de riqueza e rendimentos é por meio dos impostos.

Você sabia que em alguns países da Europa as grandes fortunas são taxadas pelo fisco e os mais ricos têm de gastar até metade de seu salário com imposto de renda? No entanto, no Brasil, temos uma estrutura tributária regressiva, que funciona como um mecanismo de propagação das desigualdades. Você sabe por que isso é possível?

Muito simples: proporcionalmente a sua renda, os mais pobres têm uma incidência maior de impostos indiretos, como as tarifas sobre o consumo de diferentes mercadorias. E, em relação aos impostos diretos, como o imposto de renda, os intervalos de contribuição são considerados muito estreitos (mínimo de 15% e máximo de 27,5%), se comparado, por exemplo, ao que é aplicado nos países europeus (onde caminha-se, gradativamente, até se atingir a faixa de 50% para as rendas mais elevadas, em média). Além disso, no Brasil, não foi ainda adotado um imposto sobre as grandes fortunas.

Em nosso país, tem sido preferida outra estratégia de lidar com o problema da desigualdade que são as políticas sociais. Assim, os diferentes governos têm lançado, regularmente, programas sociais como a distribuição de alimentos ou a atribuição de uma renda mínima para as famílias mais pobres. Os dados mostram, porém, que a desigualdade tem se mantido praticamente inalterada desde os anos 1980, apesar da multiplicação dos programas específicos de ajuda aos mais pobres.

Para Bresser-Pereira (2007, p. 37),

[...] ainda que dados sobre a distribuição de renda, baseados em pesquisas do IBGE, indiquem alguma melhoria nesse setor, são dados equivocados porque incompletos. Como 80% dos rendimentos em que se baseiam essas pesquisas são rendimentos do trabalho, em um país em que eles não representam mais do que um terço da renda nacional, a pesquisa subestima os rendimentos do capital e não leva em consideração, portanto, que, para compensar o aumento do gasto social, houve um brutal aumento dos juros transferidos do Estado aos rentistas, ou seja, à parte não produtiva dos ricos. A estratégia de distribuição via gasto social era intrinsecamente limitada.

Essa desigualdade continuou sendo minimizada também no governo Lula com as práticas de políticas sociais que aumentaram em abrangência e complexidade. O bolsa-família, por exemplo, estendeu-se a mais de 10 milhões de domicílios; o Prouni atende a cerca de 200 mil estudantes em nível superior por ano. Naturalmente, ainda que limitado, o impacto desses programas não é desprezível em termos de melhoria do nível de renda e de oportunidades para os mais pobres em nosso país. Porém, a renda dos mais ricos continua crescendo de forma mais rápida, o que explica que a desigualdade se mantenha em níveis elevados.

Até aqui, mostramos a você um pouco da evolução das desigualdades sociais e econômicas que afetam a população brasileira. Entretanto, outro fenômeno relativo à desigualdade muito presente no debate econômico no País está ligado à concentração produtiva em certas regiões. Por exemplo, desde o início do processo de industrialização, nos anos 20 do século passado, o Estado de São Paulo despontou como o principal centro econômico do País. As indústrias adotaram a localização estratégica daquela região por se beneficiar da grande concentração de capitais ali existentes, bem como de uma rede muito desenvolvida de infraestrutura desde os tempos em que a dinâmica econômica era a economia cafeeira.

Com o passar dos anos, cresceu a pressão política de elites de regiões mais afastadas de São Paulo, como o Nordeste, por maior participação no processo de modernização econômica, e aumentou

o interesse estratégico dos governos em expandir o desenvolvimento para o interior do País.

Assim, no auge do período desenvolvimentista, entre os anos 1950 e 1980, uma série de medidas políticas são tomadas com o objetivo de reduzir as disparidades regionais no Brasil. Entre elas, podemos destacar:

- ▶ a expansão da rede viária e ferroviária e o deslocamento da capital do País do Rio de Janeiro para Brasília, todas essas decisões adotadas no governo Kubitschek;
- ▶ a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), durante o governo Goulart;
- ▶ a criação da Zona Franca de Manaus;
- ▶ a construção da rodovia Transamazônica; e
- ▶ a diversificação de investimentos de empresas estatais em Estados do Norte e Nordeste, ao longo dos governos militares.

Mais recentemente, podemos perceber uma clara tendência de desconcentração industrial que vem sofrendo a região de São Paulo. Os elevados custos de produção (principalmente salários e impostos) passaram a superar os benefícios (como infraestrutura e qualificação da mão de obra) a partir de meados dos anos 1980.

Esse processo, associado a políticas de concessão de subsídios a investidores nacionais e estrangeiros em busca de oportunidades em outros locais, tem propiciado um movimento inédito de expansão da produção industrial para as regiões Sul (com destaque para o Estado do Paraná), Centro-Oeste (especialmente Goiás) e Nordeste (especialmente Ceará).

Ao mesmo tempo, o aumento de produtividade no campo e o cenário extremamente favorável às exportações permitiram uma rápida ampliação da produção agropecuária e agroindustrial para Estados como Mato Grosso, Santa Catarina e Rondônia, que vêm aumentando a sua importância econômica regional.

Complementando...

Para que você complemente os seus conhecimentos sobre os aspectos abordados nesta Unidade, procure fazer as leituras indicadas a seguir:

- 📌 *Desafios para o Brasil: como retomar crescimento econômico nacional?*
– de Rosa Maria Marques e João Ildebrando Bocchi (Orgs.).
- 📌 *O emprego no desenvolvimento da nação* – de Márcio Pochmann.

Resumindo



Chegamos ao final da Unidade 3, na qual destacamos a inflação, a desigualdade e o desemprego, que são consequências inevitáveis e indesejáveis de qualquer processo rápido de modernização nas estruturas econômicas de um país.

No Brasil, esses fenômenos assumiram um caráter extremado, já que os aumentos de preços alimentaram um processo hiperinflacionário entre 1985 e 1993, o desemprego e subemprego tornaram-se problemas crônicos após a década perdida e o nível de desigualdade situa-se entre os piores do mundo.

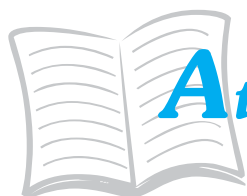
Um problema importante para entender a persistência de altos níveis de desigualdade no País é o caráter regressivo de nossa estrutura tributária, taxando relativamente mais os mais pobres com impostos indiretos e exigindo pouca contribuição das camadas mais abastadas, quando o contrário se observa nos países mais desenvolvidos.

Vimos ainda que uma série de planos heterodoxos foram adotados com o objetivo de controlar a inflação entre 1986 e 1993. Todos eles fracassaram, até que se colocou em prática o Plano Real, que mudou a estratégia de combate à inflação: em lugar de congelar preços, instituiu uma nova moeda indexada.

Diante desse cenário, o novo modelo de desenvolvimento, que se consolidou no País a partir de 1990, deu ênfase à liberalização da economia, trazendo um forte impacto em termos de redução, ao mesmo tempo, na quantidade e na qualidade de empregos disponíveis para a maioria da população.

Outro aspecto que destacamos foi que a informalidade e o subemprego, mesmo que tenham observado uma importante redução ao longo do governo Lula, se mantiveram em níveis elevados, constituindo-se em uma importante barreira à expansão econômica do País.

Por fim, estudamos que desde o Plano Real o Banco Central do Brasil assumiu a política monetária, mantendo sempre como objetivo central o controle da inflação. Mesmo que esta tenha se reduzido a níveis muito baixos nos anos 2000, o risco de aceleração nos preços tem sido a razão apontada pela equipe econômica do governo para a manutenção dos juros em níveis elevados.



Atividades de aprendizagem

Agora é sua vez. Confira se você teve bom entendimento dos assuntos abordados nesta Unidade, realizando as atividades propostas a seguir.

1. O economista Décio Garcia Munhoz fez a seguinte declaração em entrevista em março de 2009 à revista *Desafios do Desenvolvimento*, do IPEA:

[O governo Lula] comete um erro clássico que o outro governo vinha cometendo há dez anos: não promover uma política de proteção aos salários. Toda vez que a economia está fraca, você acaba lavando a economia e provocando a redução das rendas das famílias por meio dos incentivos e da redução fiscal das empresas. Empresas precisam de mercado. Toda política fiscal tem que ser para a empresa investir. Não se pode jogar a zero o investimento da empresa. Com essa política fiscal, não se consegue repor a economia brasileira nos trilhos do crescimento sustentável. O governo tem que ter em mente que, diante dos atuais problemas, é preciso colocar as pessoas no supermercado e na feira. Hoje, o governo tem esta dificuldade de perceber e de pensar a macroeconomia.

2. Em relação a essa atividade, debata a respeito das medidas que o Brasil utilizou no combate à crise em 2009 e os seus impactos no nível de emprego e de desigualdades.
3. Com relação ao que foi estudado, procure listar os fatores principais que fazem com que o Brasil continue classificado entre os países com os piores níveis de distribuição de renda do mundo.
4. Que fatores levaram ao descontrole inflacionário no final de 1980, início dos 1990?
5. Liste as políticas que os governos têm disponíveis para reduzir a desigualdade.
6. Relembre as políticas adotadas no momento de adoção do Plano Real e relate o seu impacto sobre o controle da inflação.
7. De que maneira uma política ortodoxa de combate à inflação pode afetar o emprego e a distribuição de renda?